

A exposição da menina abusada foi um ‘estupro coletivo’, diz ginecologista

[\(Uol | 19/08/2020 | Por Paulo Sampaio\)](#)

Para ginecologista Albertina Duarte Takiuti, coordenadora do Programa de Saúde do Adolescente do Estado de São Paulo, a menina de 10 anos que sofreu abuso sexual, engravidou e passou por um aborto legal há cinco dias foi duplamente estuprada. “Além da experiência ‘oficial’ de abuso, constatada cientificamente, ela precisou entrar em um hospital às escondidas, na mala de um carro, para não ser agredida por grupos de manifestantes conservadores que chegaram a chamá-la de assassina. Isso foi um estupro coletivo. Imagine as marcas profundas, não só físicas, mas psicológicas, que a superexposição dessa criatura na mídia pode provocar. Publicaram até o nome dela nas redes sociais. Nem dez anos de terapia recuperam isso.”

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

‘Um crime entre nós’ retrata um tema tabu no Brasil: a violência sexual contra crianças da qual ninguém quer falar

A cada hora, quatro meninas brasileiras de até 13 anos são estupradas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A maior parte das vítimas tem até 5 anos de idade

[\(El País | 20/06/2020 | Por Joana Oliveira\)](#)

Enquanto o Brasil acompanha, atento, o [avanço da pandemia de covid-19](#), crescem no país os números de uma outra epidemia que se arrasta há décadas, mas continua invisível. A cada hora, [quatro meninas brasileiras de até 13 anos são estupradas](#), de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A maior parte das vítimas tem até 5 anos de idade. [90% desses casos de violência acontecem em casa](#), e 72% das testemunhas não denunciam. “Se a gente tivesse o mesmo olhar que temos sobre o coronavírus para a violência sexual infantil, estaríamos falando também em termos de epidemia, de uma crise de saúde e segurança pública”, afirma, taxativamente Luciana Temer, diretora do Instituto Liberta, que atua no combate à exploração sexual de menores. “É uma epidemia silenciosa e com uma dimensão arrebatadora, porque essa violência está instaurada em todas as famílias, em quase todas as casas e, ao mesmo tempo, é muito silenciada. Há uma naturalização disso”, acrescenta a cineasta Adriana Yañez.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

“Ela estava bêbada”: o que diz a lei sobre estupro nessa condição?

[\(Universa, 04/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Após reportagem que traz denúncias de estupros praticados pelo ex-BBB Felipe Prior nesta sexta-feira (3), as mulheres, mesmo anônimas, passaram a ser acusadas de estarem “inventando” os abusos ou, então, de serem culpadas pelos crimes, uma vez que, nos três casos, as mulheres contam que estavam bêbadas.

Prior foi acusado de estupro por duas mulheres e de tentativa de estupro por outra, segundo relatos divulgados pela revista Marie Claire.

O caso ainda precisa ser investigado e, se for o caso, julgado sobre o que aconteceu, mas já se pode falar sobre a repercussão: o fato de uma pessoa estar bêbada não só não é justificativa para um estupro como faz com que o crime seja considerado ainda mais grave pela Justiça, com aumento de pena.

Segundo o Código Penal, o estupro de vulnerável, quando a vítima não consegue oferecer resistência ao ato por qualquer motivo, a condenação é de 8 a 15 anos de prisão. No caso do estupro sem o agravante, é de 6 a 10 anos.

O estupro, segundo a legislação, é quando uma pessoa constrange a outra a praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso mediante força ou grave ameaça. Não importa, portanto, o que a vítima bebeu nem a roupa que ela estava usando.

A promotora do Ministério Público de São Paulo Fabiana Dal'Mas, do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica) atenta, porém, para as interpretações da Justiça: "Quando a mulher tem dificuldade de manifestar sua vontade, varia muito de caso. É uma questão de interpretação. Ou quando está bêbada. Nesse caso, se força a relação e faz a ameaça, é estupro, mas muitas vezes esses casos são considerados relação sexual consentida e se culpabiliza a vítima".

“Mas por que ela denunciou só agora?”

Vários outros comentários tentam deslegitimar a palavra das possíveis vítimas pelo fato de os casos terem acontecido em 2014, 2016 e 2018. "Por que as coisas só aparecem depois de ele entrar no programa e não denunciaram antes? Achei estranho", escreveu uma mulher no Instagram, sugerindo que só agora, com Prior famoso, é que há interesse em denunciá-lo.

"Cheiro de Najila no ar", escreveu outra, referindo-se ao caso envolvendo o jogador Neymar Jr., denunciado pela modelo Najila Trindade por estupro.

Em geral, muitas mulheres não denunciam porque, em um primeiro

momento, mal conseguem verbalizar para uma pessoa próxima o que aconteceu, principalmente por medo e vergonha.

Psiquiatra do Ambulatório de Sexualidade Humana do Hospital das Clínicas da USP de Ribeirão Preto, Thiago Dornela Apolinário explica que a dificuldade em contar o que aconteceu é uma característica da vítima de violência sexual.

“O trauma deixa a pessoa em uma condição de impotência e isolamento”, afirma Apolinário, que atualmente conduz uma pesquisa sobre as sequelas que as vítimas de estupro carregam. “Também existe muito medo do julgamento, o que faz com que a mulher não consiga expor o que aconteceu”, diz.

A culpa não é do boto - Como uma lenda indígena foi associada a casos de estupro no Pará

“Sabe a lenda do boto? Que no passado a gente ouvia falar que lá na região ribeirinha as pessoas acreditavam que o boto engravidava menina? A história do boto é uma grande farsa. Era o pai que engravidava a menina e botava a culpa no boto”, afirmou a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [Damara Alves](#) à TV Brasil em agosto do ano passado.

[\(Universa, 20/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra falava ali sobre os altos índices de abusos sexuais registrados no Pará, em especial no Arquipélago do Marajó, onde estão concentrados alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. Segundo o [Atlas](#)

[de Desenvolvimento Humano do Brasil](#), com informações do Censo, 14 dos seus 16 municípios estão na lista dos piores lugares para sobreviver.

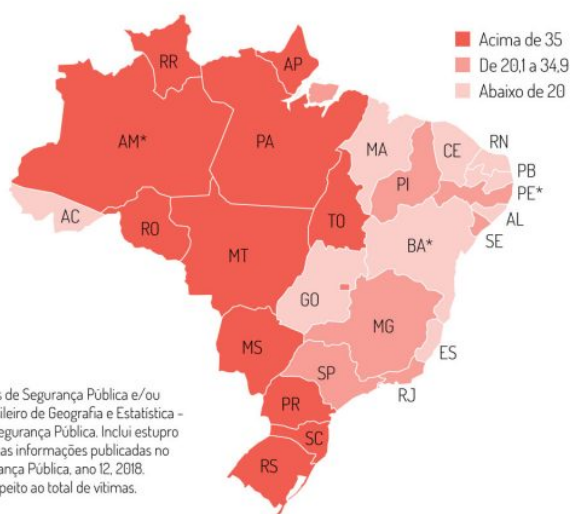
Foi nesse conjunto de ilhas que surgiram, a partir do século 18, as primeiras histórias do boto encantado. Nas fábulas, o animal, ao cair da noite, transforma-se num homem dançante, alto e forte, trajando terno branco e chapéu, que seduz mulheres e, antes da madrugada, pula para a água e volta à forma do mamífero. Contada tantas vezes desde então, e de diferentes formas, de alguma maneira a lenda desaguou em narrativas machistas e criminosas — e acabou usada para acobertar crimes de estupro e incesto.

Universa conversou com especialistas, historiadores e ativistas na região para tentar explicar como folclore e estupro desembocaram numa mesma correnteza, por que o Pará amarga décadas num histórico de exploração sexual e violência contra crianças e quais as perspectivas de mudança nesse quadro. Você acompanha aqui, ainda, o relato de uma menina que foi estuprada dos 11 aos 15 anos pelo próprio pai — um caso que, infelizmente, não é isolado.

[Clique aqui para ler a reportagem completa.](#)

Violência contra a criança em números

Taxa de estupro por 100 mil habitantes em 2018



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Inclui estupro de vulnerável. Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 12, 2018.
*O dado de estupro diz respeito ao total de vítimas.



A cada 20 minutos, 1 menina é vítima de estupro no país

Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que houve 50.899 registros de crimes contra jovens de até 18 anos em 2017 e 2018

[\(Folha de S.Paulo, 04/12/2019 - acesso no site de origem\)](#)

A cada 20 minutos, ao menos uma menina de até 18 anos é vítima de [estupro](#) no Brasil. Foram 50.899 registros de crimes contra jovens nessa faixa etária de janeiro de 2017 a dezembro de 2018, 62% de todos os casos de estupro registrados no país no período (considerando aqueles em que foi possível identificar gênero e idade das vítimas). A título de comparação, a cidade de Campos do Jordão, no interior de São Paulo, tem cerca de 52 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE. É o que mostra um novo levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido da organização Plan International Brasil, que promove os direitos de crianças e adolescentes, com base nos dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados são divulgados em meio aos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, campanha da ONU (Organização das Nações Unidas) que ocorre anualmente desde 1991 nos meses de novembro e dezembro. “Os dados são relevantes porque mostram que a violência contra as mulheres começa muito cedo”, afirma Flavio Debique, gerente de programas e incidência da Plan.

Para o relatório, foram considerados pelo Fórum casos de estupro (constranger alguém a ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso mediante violência ou grave ameaça) e estupro de vulnerável (conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos).

Das 27 unidades federativas, 23 enviaram suas bases de dados para os pesquisadores. Só 13 especificaram o sexo e a idade das vítimas: Acre,

Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. A relação entre a vítima e o autor da violência sexual só foi informada em 27% dos casos.

As informações escassas são um obstáculo para traçar um retrato mais preciso da realidade, diz Juliana Martins, coordenadora institucional do Fórum. Falta de treinamento de agentes que prestam atendimento a vítimas e de estrutura e falta de transparência com os números são algumas das razões.

“Temos mais dificuldade em saber o problema que estamos enfrentando. Precisamos dessas informações para pensar em políticas públicas e ações adequadas”, diz ela.

[O ano passado registrou o maior número de casos de estupro desde 2007](#), quando o Anuário começou a ser feito: foram mais de 66 mil (quase o equivalente ao estádio do Morumbi lotado), ou mais de 180 por dia, segundo dados divulgados em setembro.

Mulheres foram vítimas em 82% dos casos. Mais da metade do total das vítimas, 54%, tinha até 13 anos. O recorte específico de jovens de até 18 anos não havia sido divulgado. E os números mostram que a cena de uma mulher atacada por um desconhecido enquanto anda por uma via escura e deserta não corresponde à maioria dos casos: 76% das vítimas têm vínculo com o criminoso.

Pesquisa do Datafolha divulgada no início deste ano mostrou que 42% das [mulheres vítimas de agressão \(entre elas, sexual\) foram atacadas dentro da própria casa](#). O número de ocorrências, como especialistas sempre ressaltam, não reflete a realidade: apenas 7,5% das vítimas de violência sexual no país denunciam o crime à polícia, de acordo com estimativa do Fórum. Nos Estados Unidos, o percentual costuma ser de 16% a 32%.

Quando se trata de menores de idade, a situação pode ser ainda mais grave, diz Debique. “Quando ocorre com a criança, muitas vezes a família prefere manter o silêncio por temer uma estigmatização ou revitimização”, diz.

Tratar de gênero e violência de gênero nas escolas é uma forma de conscientizar as crianças e famílias a romperem o silêncio, diz Martins. “O enfrentamento não deve ser uma ação apenas da polícia, mas um trabalho em rede e integrado. A educação é fundamental”, afirma. “Meninas muitas vezes não têm repertório para compreender que são vítimas de violência.”

Por [Júlia Zaremba](#)

Pedofilia na internet: youtuber cria projeto que ensina a como proteger crianças e adolescentes contra perigos espalhados no mundo digital

Desde 2017 a operação “**Luz na Infância**” desenvolvida pelo **Ministério da Justiça e Segurança Pública** em parceria das polícias civis brasileiras tem registrado um aumento no número de mandatos e prisões relacionados aos casos de **pedofilia na internet** caracterizados como crimes de pornografia infantil e de exploração sexual.

Realizada em fases, essa operação já conta com mais de 1.100 mandados de busca e apreensão dos suspeitos de praticar pedofilia na internet, sendo que cerca de 546 pessoas tiveram a sua prisão realizada como forma de combate a esse tipo de crime.

A operação se baseia nas informações obtidas na internet pela equipe do **Laboratório de Inteligência Cibernética da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça** que visa identificar casos em que o suspeito armazena, compartilha e produz material de pornografia infantil,

além de praticar o ato ao contatar e encontrar a vítima.

Esse tipo de operação demonstra a necessidade dos pais e responsáveis começaram a observar a maneira como os seus filhos usufruem da internet, pois existem casos em que a pedofilia na internet toma proporções muito além da tela do dispositivo, como por exemplo, o contato do pedófilo com a criança e adolescente na intenção de obter um material de cunho sexual e até mesmo cometer o crime de estupro de vulnerável.

Da pedofilia na internet ao crime de estupro de vulnerável

Existem diferenças entre os termos **pedofilia na internet, crime virtual e abuso sexual**, mas em muitos casos eles podem estar relacionados, principalmente ao considerar os crimes em que o pedófilo inicia a sua busca na internet por conteúdo sexual infantil e chega até a potencial vítima na intenção de conhecê-la e praticar o estupro. A palestra é parte do projeto de prevenção e conscientização dos pais, professores e jovens contra a Pedofilia na internet, afirma o youtuber, afirma o palestrante e [youtuber Wesley Alves](#) que tem realizado nas escolas públicas do sul de Minas Gerais projetos como o **Quebrando o Silêncio**.

Que visa desenvolver a prevenção contra a violência e o abuso entre os jovens e adolescentes. A palestra é parte do processo de prevenção e conscientização da responsabilidade dos pais e intendentos em proteger os jovens e adolescentes.

Na [palestra contra o abuso infantil](#) o objetivo é compartilhar informações que educam, ensinam e servem como prevenção aos atos que envolvem abuso infantojuvenil. Inclusive, elas podem ser desenvolvidas em escolas, praças públicas, hospitais e outros locais que permitem levar esse tipo de informação para mais pessoas em especial as crianças e jovens contra a pedofilia na internet.

Segundo os dados compartilhados pelo **DECA - Departamento Estadual da Criança** e do Adolescente cerca de 84% dos pedófilos que acessam conteúdo sexual infantojuvenil podem praticar o estupro de vulnerável caso tenham essa oportunidade.

Geralmente o processo se inicia nas redes sociais cuja o potencial abusador entra em contato com a criança ou adolescente na intenção de obter fotos e vídeos com cunho sexual e após conquistar a sua confiança a convence de fazer um encontro presencial que conseqüentemente vai servir como ocasião ideal para cometer o estupro.

As ações que podem evitar a pedofilia infantil e o abuso sexual

Diante dos casos de pedofilia na internet que levam ao crime virtual e possivelmente ao estupro contra vulnerável às autoridades indicam a necessidade de os pais observarem de perto a maneira como as crianças e adolescentes usam a internet.

Ativar o controle parental, por exemplo, é uma medida importante que permite aos pais controlarem os conteúdos que os filhos acessam. Além disso, existe a possibilidade de verificar as configurações de privacidade de redes sociais para que as crianças e adolescentes não fiquem expostos a qualquer usuário da internet, apenas conhecidos.

Porém, a melhor opção para evitar esses casos é a conscientização. É importante que as crianças e adolescentes estejam cientes dos perigos que existem na internet e no mundo físico. E a participação em **palestras educativas** com esse tipo de temática é uma medida importante, pois além de conscientizar podem ajudar a criança ou adolescente a evitar esse tipo de violência. E procurar ajuda das autoridades por se manterem atentos às pessoas que se aproximam delas tanto na internet como no mundo físico.

As palestras de prevenção contra pedofilia na internet

Há 10 anos no mercado de [palestras motivacionais](#) o paulista **Wesley Alves** viaja todo o Brasil para compartilhar conhecimento, motivação e principalmente mudanças.

As suas palestras podem ter temáticas diferentes inclusive sobre depressão, crime virtual e abuso sexual que têm como objetivo conscientizar as crianças, adolescentes e os familiares a respeito das violências que acometem a sociedade em geral. Em 2018 foram mais de 184.524 casos de violência sexual contra jovens e adolescentes, e por esta razão não podemos

permanecer indiferentes.

Mais informações sobre os projetos e ações contra a pedofilia na internet, acesse os sites:

- [Palestra para Professores](#)
- [Laboratório de Inteligência Cibernética do MJSP](#)
- [Polícia civil](#)
- [Quebrando o Silêncio](#)

A pedofilia na internet é um assunto sério que pode motivar outros crimes contra as crianças e adolescentes, nesse caso, quanto mais informação e conscientização forem divulgadas, menores as chances desses crimes continuarem acontecendo.

Por Karen Sarraf

Por hora, 4 meninas de até 13 anos são vítimas de estupro no Brasil

Em 2018, o Brasil teve recorde de registros de estupros: foram mais de 66 mil casos. Mesmo assim, crime continua sendo subnotificado e vítimas encontram pouco apoio de políticas públicas e da sociedade

[\(Observatório do Terceiro Setor, 15/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2018, o Brasil registrou 66.041 casos de estupro, o maior índice já registrado. As informações são da [13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#).

São 180 estupros por dia, dos quais 81,8% das vítimas são mulheres e 53,8% tinham menos de 13 anos quando ocorreu o crime. Isso significa que o Brasil registra uma média de 4 estupros por hora contra meninas de até 13 anos.

Os estados com as maiores taxas de casos de estupro são: Mato Grosso do Sul (70,4), Paraná (60,8) e Rondônia (59,9). As taxas mais baixas estão na Paraíba e no Rio Grande do Norte, com 5,9 e 8,5, respectivamente.

Para Heloísa Buarque de Almeida, antropóloga e membro da Rede Não Cala! - Rede de Professoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero da USP, os valores sociais fortalecem a culpabilização das vítimas.

“As mulheres nem sempre são vistas como vítimas, até mesmo as meninas menores de idade. Isso expõe um quadro de desigualdade moral. É a palavra dela que é contestada. Um reitor da USP uma vez comentou comigo: *‘Mas elas se dão ao respeito?’*”.

Segundo a [Pesquisa Nacional de Vitimização](#) (Crisp/UFMG), de 2013, do total de vítimas de ofensas sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa, apenas 7,5% deram queixa do corrido à polícia.

A pesquisa também apontou que 52,4% das mulheres têm medo de serem vítimas de violência sexual, e que 63,3% das mulheres que foram vítimas deste tipo de violência conheciam o agressor.

A defensora pública do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulher ([NUDEM](#)) na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), Nálida Coelho Monte, pondera sobre a dificuldade de denunciar casos de violência sexual.

“Na maioria dos casos, elas passam por uma nova agressão: a social. Elas evitam as denúncias porque sabem que terão sua palavra contestada”.

O NUDEM atende casos individuais de mulheres vítimas de violência, oferecendo atendimento jurídico e encaminhando essas mulheres para outros serviços, como assistência social e apoio psicológico.

Devido ao choque e às ameaças do agressor, muitas vítimas não reagem na

hora do estupro. Mesmo assim, muitos esperam sempre encontrar marcas e traços físicos da violência para acreditar que ela realmente aconteceu.

“Isso restringe ainda mais as denúncias. O fato de elas não terem marcas físicas evidentes da violência não significa que elas estão mentindo”, esclarece Nálida.

O papel da mídia na culpabilização das vítimas

Para a antropóloga Heloísa Buarque de Almeida, a mídia tem um papel fundamental na construção de uma narrativa que culpa as vítimas.

“O corpo feminino é sexualizado tanto na mídia como na publicidade. Apesar das mudanças no cenário, a mídia ainda vende uma imagem de mulher-objeto, que, de certa forma, fortalece comportamentos violentos contra elas”.

Atuando na contramão desta narrativa, a [Agência e o Instituto Patrícia Galvão](#) buscam divulgar dados e informações sobre os direitos das mulheres de forma feminista.

“A falta de informação dificulta que se alcance a punição. A violência de gênero é naturalizada na sociedade, e acaba por reforçar um sistema de impunidade”, comenta a diretora de conteúdo e editora da agência, Marisa Sanematsu.

Além de divulgar conteúdos externos, por meio da agência, o instituto desenvolve e apresenta dossiês sobre a violência contra a mulher, e portais completos com um banco de fontes e dados sobre o tema.

Marisa esclarece que os trabalhos do Instituto Patrícia Galvão visam apontar as lacunas no acompanhamento destas violências, e como isso prejudica o trabalho de diversos setores e o funcionamento das políticas públicas.

“É necessário ter dados, levantamentos. A subnotificação é fruto do medo, da vergonha e do julgamento que acompanha as denúncias. É inadmissível a vítima se sentir culpada. Nada justifica uma violência”.

Para ela, a imprensa “reforça a narrativa de que, se a mulher saiu bêbada da

balada, então ela é a responsável por tudo o que acontecer. Mas isso não deve ser usado para justificar um abuso”.

A idealização da figura do agressor

O comportamento violento masculino é naturalizado na sociedade, que não enxerga a mulher como um sujeito de direito, segundo a antropóloga social Heloísa Buarque de Almeida.

“Quem agride não percebe a agressão. É fundamental ter uma educação sexual para que se perceba que aquilo que eles acham divertido, que veem como uma brincadeira, é na verdade uma violência”.

Heloísa, que também é professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP), leva as discussões de gênero para o ambiente universitário. “Já recebi relatos de alunas que sofreram violência física e sexual do próprio companheiro dentro da moradia universitária”.

Ela enxerga com preocupação as tentativas de retirar a educação sexual das escolas. “Discutir gênero nas escolas é fundamental. É dar confiança para a criança conhecer os limites do próprio corpo. Educação sexual é um direito”.

Dados do [Ministério da Saúde](#) apontam que entre 2011 e 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual no país. No total, 58.037 (31,5%) foram contra crianças, e 83.068 (45%) contra adolescentes. Isso significa que em 76,5% de todos os casos as vítimas tinham menos de 18 anos. Entre as crianças vítimas de violência sexual, 51,2% tinham entre 1 e 5 anos de idade.

Os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que cerca de 75,9% das vítimas possuíam algum grau de vínculo com o agressor, podendo ser parentes, companheiros e/ou amigos.

“Ainda está no imaginário popular aquela visão de um agressor com máscara, escondido em uma rua deserta à noite, quando na verdade são casos diários que ocorrem no ambiente íntimo, doméstico”, esclarece a defensora pública do Estado de São Paulo, Nálida Coelho Monte.

A defensora relata que muitas mulheres que buscam o NUDEM não sabem quais são os seus direitos.

“Elas não conseguem diferenciar uma violação de direitos de uma ação dentro de um relacionamento saudável. Outro problema é em relação ao aborto. Muitos locais que realizam o atendimento [nos casos permitidos por lei] dificultam o acesso, devido a valores morais pessoais”.

A Lei [12.845](#) garante desde 2013 o atendimento integral e gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de estupro sem a necessidade de apresentar um boletim de ocorrência para receber o atendimento. O aborto em caso de estupro é garantido pelo Código Penal desde 1940.

Mapa do Acolhimento

Após o caso de um estupro coletivo no Rio de Janeiro em 2016, um grupo de mulheres se uniu para pedir justiça. Em meio à dor, surgiu o [Mapa do Acolhimento](#).

A proposta do Mapa é unir mulheres que sofreram algum tipo de violência pelo Brasil a uma rede de psicólogas e advogadas voluntárias de forma gratuita, e mapear locais pelo Brasil que prestam algum tipo de atendimento às vítimas.

“Nosso objetivo era formar uma rede de solidariedade. Só no primeiro ano de funcionamento do Mapa, cerca de 400 mulheres pediram ajuda”, revela Larissa Schmillevitch, psicóloga e integrante do Mapa do Acolhimento.

Atualmente, mais de 5 mil mulheres estão cadastradas na rede, que conta com 2,5 mil voluntárias, e outros 4 mil pedidos de voluntariado.

O Mapa mantém parceria com as redes públicas de saúde para direcionar as mulheres que pedem ajuda em regiões em que não há voluntárias, ou quando não encontram nenhum serviço na região em que vivem.

“Nosso trabalho é um ato político, porque estamos tentando combater uma violência que está na estrutura da nossa sociedade”, comenta Larissa.

A plataforma atua com o sigilo de dados das mulheres que buscam esse suporte. “Muitas temem ser reconhecidas se buscarem ajuda nas regiões em que vivem. Em cidades pequenas, elas relatam que têm que conviver com o agressor”.

Larissa aponta a importância do acolhimento e da busca por suporte psicológico. “Algumas já se sentem acolhidas com um e-mail ou mensagem. Elas precisam ter sua história ouvida. Sem o apoio psicológico tudo fica mais difícil depois”.

Precisa de ajuda?

A [cartilha](#) ‘Quanto Custa a Violência Sexual contra as meninas?’, da Plan International Brasil, explica o que pode ser considerado violência sexual e como denunciar.

Caso você seja de São Paulo, pode buscar um dos serviços listados abaixo:

Assistência policial

1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)
Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 200 - Parque Dom Pedro
(11) 3241-3328 ou (11) 3241-2263
atendimento 24h, todos os dias.

Assistência Jurídica

NUDEM - Núcleo de Defesa da Mulher
Rua Boa Vista, 103 - Centro
(11) 3101-0155, ramal 233 ou 238

GEVID - Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica
Av. Dr. Abraão Ribeiro, 313, Barra Funda - 1º Andar - Rua 6 - Sala 1-531
Telefone/FAX (11) 3429-6474/3429-6475
E-mail: gevidcentral@mpsp.mp.br
Horário de funcionamento: 11h às 19h

Por Mariana Lima

CCJ da Câmara aprova parecer que torna crime de estupro imprescritível

Comissão especial vai analisar a proposta antes de ir a plenário

[\(Agência Brasil, 25/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou hoje (25) a admissibilidade da [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 353/17](#), que torna o crime de estupro imprescritível.

A proposta altera a Constituição para tratar o estupro, junto com o racismo, como crime “inafiançável e imprescritível”, o que significa que o crime poderá ser punido mesmo após muitos anos de cometido.

Atualmente, o tempo de prescrição para o crime de estupro varia de acordo com o tempo da pena, que é diferente em cada caso. Esse tempo de prescrição pode se estender a até 20 anos. Para estupro de vulnerável, a contagem só começa após a vítima completar 18 anos.

A PEC, já aprovada pelo Senado em 2017, é de autoria do ex-senador Jorge Viana (AC). O relator na CCJ, deputado Léo Moraes (PODE-RO), apresentou parecer favorável.

“Temos 60 mil crimes de estupro que são constatados, materializados, e milhares que estão velados, justamente pela falta da denúncia. De repente, pelo tempo que não é hábil para a pessoa, muitas vezes a mulher, tirar as amarras, ter um preparo emocional, um equilíbrio suficiente para isso [a denúncia]. Conversamos com muitos conselhos tutelares, psicólogos, assistentes sociais, que entendem a necessidade de aprovação desse projeto”, argumentou o relator.

Léo Moraes recomendou a aprovação de duas propostas que tramitam em conjunto com a do Senado, a [PEC 320/17](#) e [PEC 342/17](#), que preveem a imprescritibilidade do crime de estupro. Elas agora terão o mérito analisado em uma comissão especial a ser criada. O texto aprovado na comissão especial será apreciado posteriormente no plenário da Câmara.

Por Ana Cristina Campos

Damares culpa mulheres ao dizer que problema é calcinha, diz juíza

Para Elinay Melo, que atua no Marajó, fala de Damares atribuindo exploração sexual infantil à “falta de calcinha” culpabiliza a vítima e ignora a miséria e a ausência do Estado

[\(Agência Pública, 24/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Marajó é um dos lugares apontados pela rede de proteção à infância com os mais altos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda que esses dados atualizados ainda não existam oficialmente. Apenas na “CPI da Pedofilia”, realizada entre 2008 e 2010 em todo o Pará, mas com foco maior no arquipélago, a projeção foi de cerca de 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, 20% deles com crianças de até 5 anos. Dados da Pnud de 2013 (última disponível) já apontavam que somente dois dos 16 municípios do arquipélago, Soure e Salvaterra, tinham Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio. Entre os outros, sete tinham IDH baixo e outros sete, muito baixo. Um deles, Melgaço, tinha o pior do país.

Foi em Melgaço que, em 2016, houve um flagrante que resultaria na primeira

- e única até agora - decisão judicial que responsabilizou uma empresa de transporte marítimo pela exploração sexual de crianças e adolescentes nas balsas de carga. A sentença emblemática da juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região Elinay Melo, que também é membro da Associação Juízes para a Democracia, foi premiada no Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nela, a juíza cita o descumprimento de várias normas - a começar pelo fato de as balsas serem destinadas ao transporte de cargas, não de passageiros - e responsabiliza a empresa pelos crimes cometidos contra crianças e adolescentes ocorridos naquele ambiente. De acordo com o flagrante que deu origem a esse processo, ao se aproximar de barco de uma balsa cheia de caminhões, com várias pequenas canoas atracadas, os policiais viram várias crianças pularem no rio. Ainda assim, a diligência encontrou uma menina de 9 anos e uma de 18, escondidas debaixo dos caminhões com uma mochila com preservativos e gel lubrificante, como conta a juíza nesta entrevista à Agência Pública, lembrando que crianças em situação de extrema vulnerabilidade são muitas vezes exploradas sexualmente em troca de alimento, óleo diesel, caderno, roupa. “É uma colonização do corpo. Elas são vistas como coisas.”

Sobre as declarações da ministra Damares Alves, de que o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes no Marajó estaria relacionado à “falta de calcinha”, a juíza é taxativa: “Ela mais uma vez culpabiliza a vítima, repassa para a vítima e para as famílias que estão naquela condição de extrema vulnerabilidade, de ausência total do Estado e de condições mínimas de vida, a responsabilidade pela violência”.

O que a senhora achou da declaração da ministra Damares, que associou a violência sexual cometida contra as meninas do Marajó a uma suposta “falta de calcinha”? Ela sugeriu fazer uma fábrica de calcinhas e, depois, uma agência de turismo para melhorar a situação. Qual é sua opinião sobre esse olhar do ministério dos Direitos Humanos para o Marajó?

Eu acho que a fala da ministra tem dois problemas muito graves: primeiro que ela mais uma vez culpabiliza a vítima ao dizer que o problema está na

calcinha, repassa para a vítima e para as famílias que estão naquela condição de extrema vulnerabilidade, de ausência total do Estado e de condições mínimas de vida, a responsabilidade pela violência. Reforça a cultura do estupro e, mais uma vez, culpa a vítima, não só a menina, mas a família também. E a outra coisa é quando ela diz que queria fazer uma fábrica de calcinhas. Ela quer levar investimentos para o Marajó para fazer uma fábrica. É mais uma vez um olhar equivocado porque você não pode ir lá uma vez e voltar decidindo o que eles precisam. Eles são os atores, eles têm que dizer o que precisam. Precisamos ouvi-los e, juntos, chegarmos a uma proposição. Lá existem comunidades tradicionais que vivem de uma determinada forma. A gente aqui da Amazônia já vive diferente de quem vive em São Paulo, e eles vivem de maneira totalmente diferente de mim. Não posso chegar lá com ideias prontas. A fábrica de calcinhas é o exemplo claro do colonizador chegando lá e dizendo pro colonizado o que ele tem que fazer. É uma coisa fora da realidade do Marajó. Vocês foram lá e viram. A gente precisa de muitas coisas antes de uma fábrica de calcinhas. E o turismo, se tiver responsabilidade social, tudo bem. Mas vai ter? Será que não vai trazer ainda mais problemas? E, mais uma vez, essa situação volta para a mídia de uma forma distorcida. É preciso recompor isso. Porque, mais uma vez, eles ficam estigmatizados. Eu trago isso na minha dissertação de mestrado, sobre a autoestima do povo. Eu fiz entrevistas em Melgaço, que é onde as meninas sobem nas balsas. E é muito recorrente essa fala de que a mídia foi lá, se aproveitou das informações, se aproveitou deles e utilizou como quis. Quando a gente soube que Damares vinha, já imaginava que seria ruim, mas não imaginava que seria tão horrível.

Existe uma culpabilização das famílias nos casos de exploração sexual nas balsas, mas, como diz a irmã Henriqueta [referência no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no estado Pará e coordenadora da Comissão Justiça e Paz da CNBB], só quem sente fome entende a real situação ali, né?

A minha história com a questão das meninas que estão em exploração sexual é mais ou menos a seguinte: eu sempre tive um olhar mais progressista como juíza do trabalho, sou amiga do juiz Jônatas Andrade, muito conhecido [pelo] enfrentamento ao trabalho escravo, e ele fazia parte de dois conselhos, a

Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (Coetrae/PA) e o Conselho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que trata também da questão da proteção à criança e ao adolescente. Ambos vinculados à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Ele é do interior e pediu que eu ficasse como suplente. Eu comecei a participar das reuniões, e tem a Conatrae [Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo], que é nacional, começou no governo Lula, e teve uma boa atuação até o governo Dilma. Aqui no Pará, o governo era do PSDB, a comissão funcionava dentro da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e tinha uma boa atuação. Mas agora o governo do estado foi pro MDB, que deu a secretaria para o PSL. A secretaria está morta, a gente não ouve mais falar de nada. Muita coisa boa que a gente fez, infelizmente, não está mais vendo frutos. Mas, em uma dessas reuniões sobre tráfico de pessoas, a pauta era o Marajó: a questão das crianças de uma forma geral, abuso, exploração. E a irmã Henriqueta falou especificamente sobre as meninas que sobem nas balsas e, em troca de sexo, recebem óleo diesel, alimento, dinheiro, principalmente nessa região entre Melgaço e Breves, em que a distância entre as margens é menor. Então, as balsas desaceleram e elas podem atracar as canoas e subir nas embarcações. Eu já tinha escutado a história das meninas balseiras - hoje a gente sabe que elas não gostam de ser chamadas assim porque é um termo pejorativo. Passados uns dias, caiu na vara em que eu trabalho um processo do Ministério Público do Trabalho [MPT] contra uma empresa que tinha tido um flagrante em que as crianças tinham subido na balsa. O MPT fez um longo trabalho de conscientização das empresas, de que as crianças não podem subir porque são menores, porque estão desacompanhadas de responsáveis, aquelas embarcações não são de passageiros, elas são só de transporte... É um contrato para transporte de carga, de caminhões, por exemplo. Para economizar, eles levam os caminhoneiros, mas não era para eles estarem dentro das embarcações, a empresa deveria pagar passagem. Aí é um grande bordel a céu aberto, aí se aproveitam das meninas nessas condições. A combinação explosiva desses homens com a extrema pobreza. Não é pedofilia. Tem que ver a cultura do estupro, do machismo, do se apropriar do corpo da mulher como uma coisa. Aí caiu esse processo aqui comigo e eu tinha que emitir uma liminar. Tinha sido feito todo esse trabalho de conscientização e tinha o flagrante dessa embarcação com as crianças

dentro. Eu disse que, dentro do meio ambiente do trabalho, era um descumprimento, um prejuízo para a tripulação, porque várias normas estavam sendo descumpridas e a empresa tinha uma responsabilidade social, não poderia ter deixado que as crianças subissem. Ficou comprovado que tinha uma menor de idade desacompanhada com preservativos etc. Uma menina de 9 anos e outra menina de 18, que com certeza começou antes e, naquele momento, já maior de idade. Elas foram encontradas debaixo do caminhão. A polícia viu, veio da margem para a embarcação e, quando chegou, várias crianças pularam, mas essas [duas] não conseguiram pular. Aí pegaram uma mochila com preservativo, gel. A menina menor extremamente arisca. E isso é uma característica da exploração sexual: a menina acha que tem o direito de decidir, quando a gente sabe que a vontade dela está viciada e aquela situação de extrema vulnerabilidade leva a “querer” isso. O sonho dessas meninas é conhecer um caminhoneiro, casar e ir embora dali. Que tirem elas de lá. O príncipe é o caminhoneiro que vai na balsa. E como eu já tinha escutado sobre isso pensei: “Não vou fazer uma decisão feijão com arroz, vou pesquisar, vou colocar dados e informações”. Foi isso que eu fiz. Aí, quando saiu, era algo que o MP do Trabalho já estava aguardando, a CNBB já estava aguardando, esses órgãos de proteção estavam aguardando. A decisão teve uma grande repercussão regionalmente por conta dessa necessidade, porque foi a primeira vez que uma empresa foi condenada dessa forma, por dano moral coletivo etc. O processo se encontra na fase de execução. A empresa é de famílias que sempre atuaram nesse ramo e agora faliram, mas a gente sabe que têm dinheiro e está executando. A Clínica de Direitos Humanos, que estuda as decisões judiciais para ver se elas estão cumprindo os direitos fundamentais, estudou a decisão e ela ganhou também um concurso de decisões emblemáticas em direitos humanos do CNJ em 2017. A partir daí eu comecei a estudar mais a temática. Quando eu fui decidir, vi o trabalho de uma delegada do Rio Grande do Sul que tinha as mesmas características. Essa coisa da menina achar que ela que está decidindo, não querer ajuda, a forma como a sociedade encara aquela realidade, tudo isso se vê no Marajó, mas também no Rio Grande do Sul. Por quê? É a ausência de políticas públicas, a ausência do Estado, de educação de qualidade, de saúde, de oportunidade. O direito a sonhar o futuro negado. Eu fui em uma escola no furo, na comunidade Antônio Lemos. Quando eu

cheguei em Melgaço, tudo que eu achava sobre trabalho infantil joguei por água abaixo. Eu já tinha um trabalho de justiça e cidadania nas escolas, mas chegar lá e dizer “você acham que criança precisa estar na escola?”. Como eu vou dizer isso? Se eles precisam comer? É muito difícil. A gente foi em três juizes. Conversamos com eles nas salas, perguntei quem vinha de mais longe, e era um menino que pegava duas horas e meia de barco para chegar na escola. Tem criança que sai de casa sem comer e, quando chega na escola, não tem merenda escolar. Quando tem, é uma base alimentar que não tem nada a ver com a dela. Enlatados, feijoada, carne de lata. A merendeira disse que, quando vem alguma coisa boa, é um mingau ou um suco artificial. Eu perguntei: “O que vocês querem ser quando crescerem?”. De 20 crianças, apenas uma levantou a mão. Ela disse: “Professora”. Ainda perguntei: “Ninguém quer ser médico? Engenheiro? Nada?”. Eles riram e ficamos assim. Aquela cena ficou na minha cabeça. Eles não sonham. É tirado tudo dessas crianças. É uma vida tão sofrida, tão dolorosa... A professora disse: “Vêm uns livros pra cá que não têm nada a ver com a realidade deles. Semáforo. Eles nunca viram um semáforo”. Não vem nada da realidade local. É muita ausência. Eu, pra ir lá, gastei R\$ 500 porque fui dois dias: R\$ 250 cada dia. Quem tem isso pra ir denunciar violência? E vai denunciar pra quem? Cheguei na zona urbana, as mulheres do Conselho Tutelar, evangélicas, com umas naturalizações horrorosas sobre as vítimas. “Elas usam shortinho, elas se oferecem...” Não tem energia elétrica. Uma das coisas fundamentais pra isso começar a mudar é chegar a energia elétrica nesses lugares. Porque uma das coisas que eles usam como moeda de troca é o óleo diesel. Pro barco, pro motor, pra bater o açaí, pra ter uma televisão, uma geladeira. A questão da energia elétrica é séria, grave, tem que ser olhada. Ao invés de dizer que vai levar uma empresa de turismo, leva energia elétrica!

As escolas a que a gente foi também não tinham energia elétrica, não tinham nem as lâmpadas nem ventilador, nada.

Pois é. Eu entrevistei uma professora que morou em Capinal e deu aula em uma escola chamada Jarbas Passarinho. Tem mais de 400 alunos inscritos. Ela contou que, quando foi morar lá, conheceu o marido, que era vigia na escola. O furo divide Breves de Melgaço. Ele era de Breves. Ela disse que com o tempo conheceu a família dele e que todas as cunhadas subiam nas

balsas. Uma delas tinha três filhos, cada um de um homem da balsa. Ela disse que todas subiam. E que as crianças não subiam mais por causa do Bolsa Família. E contou que depois de um tempo, quando ela criou intimidade com as cunhadas, elas disseram que as crianças, quando são pequenas, sobem e descem da balsa no mesmo dia, mas quando elas viram adultas, qual é o sonho delas? É fixar com um, que as chame de namorada. Quando elas fixam com um, vão até o fim da viagem e voltam. Ou ficam em situação de prostituição por vários dias. Tem famílias que levam as filhas, as esposas. Eu tentei perguntar desde quando isso acontece, mas não consegui essa resposta. Uns dizem que desde sempre; outros dizem que depois que a economia arrefeceu isso piorou... Essa professora disse que, também na escola, percebia que as meninas conversavam sobre isso no recreio. E percebia mudança de vestuário. Meninas que às vezes iam descalças pra escola. Ela fez amizade com uma de 9 anos que pedia pra sair mais cedo pra ir vender açaí na balsa pro pai, vender camarão na balsa. Aí um dia ela chamou a menina e perguntou o que tanto ela ia fazer na balsa, e ela disse: “Professora, é que eu tenho um namorado na balsa”. A mulher começou a chorar contando que a menina voltava com caderno, com roupa, com mochila, com coisas que não tinham nada a ver com o local. Uns vasos de flores, coisas que não eram da região para presentear a professora.

E eles já vão para a balsa com essas coisas então, né?

Exatamente! Eles vão para essa troca. É um escambo.

É uma colonização do corpo.

É uma colonização do corpo. Elas são coisas. É isso que a sociedade tem que entender, que elas são vistas como coisas.

É muito perverso que eles já sobem com coisas para trocar pensando na exploração sexual dessas meninas...

Pra trocar por frango, por carne, biscoito. Coisas que não tem na região. O capital, quando chega, ele devasta. É o consumo. A gente quer coisas. É a juventude, o lugar, a fome, a miséria, a falta de perspectiva. Essa professora me disse que as meninas conhecem o motor das balsas: “Lá vem fulano”. Elas

conheciam o barulho de cada barco, sabiam mais ou menos em que data iriam passar e que vinha fulano naquela balsa. Tanto que lá em Breves tem uma tese de dissertação que fala no uivo das balseiras, que é isso de elas ficarem na beira do rio aguardando esse “namorado” vir. E como isso passa pela sociedade patriarcal, que reforça que a única forma de mudar de vida é através de um homem que vai te tirar da miséria? Eu, quando fui pra lá a última vez, me apaixonei por um menino loirinho do olho claro. E a irmã Henriqueta disse: “Tu viste como são as crianças? Porque os caras são do Sul”. As crianças não têm as características das nossas da região amazônica.

Eu imagino que isso também tenha relação direta com o tráfico de pessoas, não?

Claro! Quem está em uma situação de vulnerabilidade vai ser vítima de toda a cadeia: do abuso, da exploração, do tráfico de pessoas, do trabalho escravo. Muitas meninas vão para o exterior. Tem um caso de uma menina que enlouqueceu. O caso está na Justiça Federal porque a mãe não desistiu dela. É um caso muito emblemático. Uma menina de Melgaço. Ela foi traficada e a mãe não desistiu de procurar pela filha. A menina enlouqueceu. É preciso um amparo depois, psicológico, psiquiátrico, para reestruturar essa menina. Mas o Estado é ausente no antes, no durante e no depois. Elas voltam e não têm emprego, ficam estigmatizadas. E nós precisamos entender como falar com os homens, também.

As empresas estão olhando para isso?

Nesse processo, a gente ainda está na fase de execução, os R\$ 500 mil serão revertidos para alguma coisa na região, o MP do Trabalho vai procurar onde investir. Mas essa foi a única empresa responsabilizada até hoje.

Já teve mais denúncia?

Ainda não. Precisa de elementos probatórios, e o que aconteceu nesse caso foi um flagrante. A gente tem uma deficiência no sistema de justiça como um todo. Sem inquérito, as outras coisas não vão. Não tem investigador, não tem delegado, promotor fica respondendo por muitas comarcas, e sem esses atores não tem retorno pra sociedade. A gente fica trabalhando no varejo. O

juiz vai se preocupar com o que está acontecendo no furo Tajapuru? Não vai. Em Melgaço, a polícia não tem barco! Os defensores públicos são muito atuantes, mas é muita demanda. Às vezes as pessoas não têm certidão de nascimento, carteira de identidade. As pessoas nem sabem que elas têm direitos. Os tripulantes foram absolvidos nesse processo, na justiça criminal, por falta de provas. Eles foram presos, mas não tinha o IML [Instituto Médico Legal] e o exame tem que ser feito por órgão oficial. Que órgão oficial? O médico local fez o exame na criança e a criança tinha vestígios de conjunção carnal diferente da vaginal. Antigamente, no Código Penal tinha que o estupro era só na vagina. Isso foi retirado há muito tempo, mas eles ainda têm isso na cabeça, e elas são violadas pelo ânus. Crianças de 9 anos.

A senhora conhece alguém que esteve com a Damares no Marajó?

O dom Azcona esteve com ela na primeira vez. Ele é bispo emérito no Marajó. Foi convidado para aquela primeira comitiva. Aí saiu aquela fala dela e a CNBB fez uma nota dizendo que não concordava. Ele está muito preocupado, dizendo que foi usado. Ele achou que precisava dialogar com esse governo, porque é o que está aí, mas esse governo tem más intenções.

Quais intenções você acha que a ministra tem com o Marajó?

Acho que é de internacionalização do Marajó. E outra intenção que se diz, porque Damares já foi a segunda vez, teria a ver com o fato de que, no Marajó todo, Bolsonaro perdeu. Estão falando que é para filiação ao PSL. Porque ano que vem já tem eleições municipais. Tem essa questão política e também as forças que movem esse governo tem outro olhar para essas questões ambientais, uma defesa de que as atuações que foram feitas no governo do PT só trouxeram mais miséria e que, então, o caminho é trazer empresas de fora. Quem tem tanto interesse na Amazônia? E o projeto de poder deles passa pelas igrejas evangélicas, é a forma que eles têm de capilarização. Nesses lugares do Marajó em que a gente vê uma ausência total do Estado, se ela botar uma igreja evangélica em cada lugar, vai dar uma desgraça.

Por Andrea DiP

País tem recorde nos registros de estupro; casos de injúria racial aumentam 20%

Crimes de ódio crescem na contramão das quedas dos demais crimes violentos, como homicídios e latrocínios, segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

[\(G1, 10/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2018, o Brasil atingiu o recorde de registros de estupro. Foram 66.041 vítimas, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública nesta terça-feira (10). O crime é um dos poucos que tiveram aumento no ano passado, quando as mortes violentas caíram 10,8%.

A taxa brasileira de estupro é de 31,7 por 100 mil habitantes, acima da taxa de mortes violentas, que ficou em 27,5 em 2018.

Também na contramão das quedas dos roubos, latrocínios, lesão corporal, entre outros crimes, está o aumento de 20,6% no número de registros de injúria racial: de 6.195 casos em 2017 para 7.616, em 2018. O homicídio contra a população LGBT também registrou um aumento de 10,1% no Brasil, segundo o Anuário.

“Tudo indica que estamos diante do aumento de crimes de ódio. Apesar da redução das mortes violentas, há aumento da violência de gênero, LGBT e racial”, afirma Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“Faz sentido se formos pensar que o Brasil vive uma polarização absurda e

lida com uma retórica que reforça a ideia de que a violência é um mecanismo legítimo para solucionar conflitos. São propagados discursos de ódio e intolerância. Há legitimação da tortura, do machismo e a da misoginia”, diz.

“E esse discurso tem efeito prático na vida das pessoas. Pensando que os estupros e feminicídios ocorrem mais dentro de casa, podemos ver que essa retórica lá de fora chega sem filtros dentro de casa. Você não pode falar publicamente, mas pode fazer dentro de casa”, completa.



Estupros

No início da série histórica, em 2011, o país teve 43.869 casos de estupro. De lá para cá, houve um aumento de 50,5% nos registros. De 2017 para 2018, a variação foi de 4,1%. Quando só vítimas mulheres são consideradas, o aumento vai a 5,4%.

“O estupro é uma violência sexual circunscrita por manifestações abusivas de poder e marcadores de gênero, logo, não se trata de uma expressão de um tipo de sexualidade brutalizada ou desenfreada, mas de uma forma de dominação. De acordo com os registros de estupro e estupro de vulnerável dos anos de 2017 e 2018, 81,8% das vítimas eram do sexo feminino, o que evidencia a desigualdade de gênero como uma das raízes da violência sexual”, diz estudo feito por pesquisadoras do Fórum a partir de microdados do anuário.

Segundo o estudo, a maior parte dos estupros que ocorre no Brasil é o de vulnerável (contra crianças menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato e que não podem oferecer resistência): 63,8%.

A maioria dos crimes é praticado contra meninas de 10 a 13 anos (28,6%). O autor do estupro é homem (96,3%) e é quase sempre conhecido da vítima (75,9%).

Sobre a baixa idade das vítimas, as pesquisadoras do Fórum Samira Bueno,

Carolina Pereira e Cristina Neme lembram que, de acordo com a Unicef, meninas de até 16 anos, em especial em classes mais baixas, “associam o casamento à possibilidade de mudança de status social, de alguma forma de emancipação e de serem mais valorizadas”. “A gravidez autoriza o casamento infantil no Brasil, inclusive com meninas com menos de 14 anos, sendo que, a princípio, pelas definições do Código Penal Brasileiro, qualquer relação sexual com menina dessa idade pode ser criminalizada como um estupro de vulnerável.”

O Mato Grosso do Sul tem a maior taxa de estupros por 100 mil habitantes do Brasil (70,4), seguido pelo Paraná, com 60,8 - dois estados que não figuram entre os primeiros do ranking de mortes violentas.

Como lembram as pesquisadoras do Fórum, os números são ainda mais alarmantes quando se leva em conta que os crimes sexuais estão entre aqueles com menores taxas de notificação à polícia.

“O que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente. No caso brasileiro, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia. Nos Estados Unidos, a taxa varia entre 16% e 32%, a depender do estudo.”

Entre os motivos para a baixa notificação estão o medo de retaliação por parte do agressor, que é geralmente conhecido da vítima, receio de julgamento e descrédito nas instituições policiais e de Justiça. Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”.

Ainda no âmbito da violência contra a mulher, os feminicídios tiveram aumento de 4%, ao mesmo tempo em que os homicídios de mulheres reduziram 11,1% de 2017 para 2018. [Dados similares foram antecipados pelo Monitor da Violência em março.](#)

Para Jacira Melo, diretora-executiva da Agência Patrícia Galvão, “o fenômeno da violência contra as mulheres é crescente na sociedade brasileira: violência

doméstica, violência sexual, feminicídio”. “Penso que é possível dizer que o aumento no número de registros de estupro acontece porque há um maior reconhecimento de que se trata de um crime e, ao mesmo tempo, porque se trata de um crime recorrente, cotidiano e que acontece dentro de casa, nas escolas e nos mais diversos ambientes, onde a maioria das vítimas é formada por garotas de 10 a 13 anos.”

Armas

Um dos motivos apontados por Samira Bueno para o aumento dos crimes contra a mulher, como o feminicídio, é o aumento da presença das armas dentro de casa.

O Anuário mostra que a posse ilegal de arma de fogo aumentou 54,1% em 2018 (de 14.880 para 23.055) e o de registros também (42,4%).

Em 2018, o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), da Polícia Federal, registrou 12,5% mais armas no Brasil. O número passou de 42.387 para 47.691. O aumento de registros no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), do Exército Brasileiro, foi ainda maior: 55,7% (de 95.745 para 149.042).

Entre os que mais pediram registros estão os atiradores esportivos: o número saltou de 26.150 para 49.671 no ano passado.

Em compensação, o número de armas de fogo apreendidas caiu 5,2% no Brasil, se forem levadas em conta as apreensões feitas pelas secretarias da Segurança e/ou Defesa Social, e 14,7%, se levadas em conta as apreensões feitas pela Polícia Rodoviária Federal.

Por Por Cíntia Acayaba e Thiago Reis

Veja mais:

[Quatro meninas de até 13 anos são estupradas por hora no Brasil](#)

[Brasil registrou recorde de casos de estupro em 2018, segundo estudo](#)